

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.752.983 - DF  
(2020/0225515-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : TGMB 040 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE  
LTDA**  
**EMBARGANTE : ALVORADA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES  
S/A**  
**EMBARGANTE : TEGRA INCORPORADORA S.A**  
**ADVOGADOS : TATIANA MARIA SILVA MELLO DE LIMA - DF015118**  
**RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO - DF002221**  
**MARINA ESTEVAM LIMA FARIA - DF055805**  
**MARCELA FERNANDES CHECCHIA - DF051877**  
**EMBARGADO : METRO COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA**  
**ADVOGADO : RODRIGO VIDERES DE SENA MARTINS - DF031850**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por TGMB 040 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

A despeito das conclusões adotadas, há de se reconhecer que o óbice do enunciado da súmula nº 284 foi devidamente abordado e enfrentado, de forma fundamentada, pelo Agravo em Recurso Especial.

Aliás, há tópico no Agravo em Recurso Especial destinado, justamente, a afastar a incidência da referida Súmula do STJ, demonstrando claramente os dispositivos federais violados, conforme trechos retirados do mencionado tópico..(fl. 634).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007". (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente